

Como os bancos credores se atolaram nas movediças areias da América Latina

por Stephen Baker
da Business Week

Uma triste verdade sobre a dívida do Terceiro Mundo tornou-se patente para mim durante um período de procura de emprego em 1985. De volta aos Estados Unidos após um ano na Venezuela, eu estava equipado com uma pasta de recortes a respeito do assunto. Mas pouco antes da minha primeira entrevista, uma amiga jornalista deu-me um valioso conselho: "Não fale a respeito da dívida com os editores. Eles consideram esse assunto entediante". Ela estava certa.

De uma forma bastante semelhante à guerra salvadorenha, a crise da dívida latino-americana mergulhou rapidamente numa situação de impasse aparente.

Assim que ficou claro que ela não provocaria uma série de pesados colapsos bancários no norte nem revoltas comunistas no sul, os editores deixaram de se interessar pelo tema.

Isso tendo sido dito, será que alguém está interessado em ler "Banks, Borrowers and the Establishment a Revisionist Account of the International Debt Crisis"? É bom deixar claro, o relato seco de Karin Lissakers não consegue transformar a dívida num assunto sexy. Mesmo assim, trata-se de uma visão que serve para mostrar como os principais banqueiros do mundo tropeçaram em direção ao desastre. (*)

Karin Lissakers, uma professora da Universidade de Colúmbia, não consegue abordar as gigantescas mudanças ocorridas na América Latina. Mas consegue um bom resultado com *b a n q u e i r o s*, acompanhando-os da louca reciclagem dos petrodólares nos anos 70 para as sombrias maratonas de reprogramação dos anos 80. Presidindo um grande elenco, destaca-se a figura de Walter Wriston, o ex-diretor-presidente do Citicorp, que dizia aos seus colegas banqueiros que havia poucos riscos nas dívidas soberanas, uma vez que as nações não saem dos negócios.

Participantes menores incluem inexperientes banqueiros que viajam pelo mundo inteiro, como disse um banqueiro. "Esses MBA, com suas roupas da Gucci e os seus limites de US\$ 30 milhões em empréstimos a serem concedidos."

Apesar de sua alegação de revisionismo, Karin Lissakers se mantém bem próxima da linha padrão. No anos 70, banqueiros norte-americanos e europeus estavam sentados sobre vários bilhões de dólares em depósitos dos países-membros da OPEP. A recessão limitava a demanda doméstica por empréstimos. Mas os governos do Terceiro Mundo pagavam todos os empréstimos que conseguiam. Os banqueiros podiam ver que o dinheiro não estava sendo encaminhado para as empresas prometidas para as estradas ou as grandes fábricas petroquímicas. Na verdade, bilhões de dólares estavam retornando aos credores sob a forma de capital de fuga. Tanto melhor.

O grande apetite pelos lucros, afirma Karin Lissakers, provavelmente impediu os banqueiros de ver o risco de incapacidade de pagamentos, apesar do histórico de dívidas repudiadas na região. Mas um estratégia (loophole) fiscal também os encorajava a empurrar os empréstimos em direção sul. Num dos seus capítulos com visões inovadoras, a autora descreve como a coisa toda funcionava. Os países que levantavam os empréstimos declaravam um elevado imposto dedutível sobre os rendimentos dos juros e forneciam aos bancos um recibo disso. Mas ao invés de cobrarem o imposto, os países credores simplesmente negociavam empréstimos mais baratos. Armados com os recibos dos impostos, os bancos exigiam isenções domésticas.

Os lucros apareciam na forma de pagamentos fiscais reduzidos até meados dos anos 80, quando os Estados Unidos e a Inglaterra impediram que a prática continuasse.

Até 1986, quando a lei norte-americana foi modificada, os grandes bancos pagavam impostos ridículamente baixos. Em 1985, por exemplo, o Citicorp pagou imposto federal de rendimentos no valor de apenas US\$ 30 milhões, sobre rendimentos antes da dedução fiscal de US\$ 1,76 bilhões, ou seja, um índice de

1,8%. Atribuindo uma grande parte das economias fiscais dos bancos a dedução dos impostos estrangeiros, Karin Lissakers conclui que os contribuintes do fisco subsidiaram a grande onda de empréstimos da América Latina. E mesmo depois da mudança da lei, observa, os impostos pagos pelos bancos não aumentaram muito.

Na época, os bancos já tinham muitos prejuízos a declarar tanto internamente quanto externamente.

A medida que o impasse foi se arrastando durante os anos 80, os bancos comerciais reduziram os empréstimos para a América Latina a quantias mínimas, deixando os governos do norte e os seus bancos de desenvolvimento com a tarefa de manter os devedores solventes. Quando isso se tornou aparente, o governo Bush implementou o Plano Brady, forçando os bancos a perdoar dívidas, a reduzir as taxas de juro cobradas ou comprometendo-se a fornecer dinheiro novo aos países devedores. Quando esse plano foi introduzido no México, a grande maioria dos bancos engoliu os seus prejuízos e preferiu sair de cena. Embora importantes países devedores, como o Brasil e a Argentina, ainda tenham pela frente a aplicação desse plano para escapar da confusão na qual se encontram, a maioria dos bancos menores se livrou de suas dívidas latino-americanas com um desconto. E, excluindo-se alguns empreendimentos gigantescos como a J.P. Morgan & Co. e o Citicorp, os bancos preferiram retirar-se da região.

E o que é que Karin Lissakers conclui disso tudo? Em poucas palavras: os banqueiros têm memória muito curta. Eles se queimaram na América Latina nos anos 30 e nos anos 80, mas se eles enxergarem uma possibilidade de ganhar dinheiro voltarão à mesma arena. Uma tal amnésia, na qual a promessa de lucros apaga a lembrança dos prejuízos, parece ser — na minha opinião — um componente de importância básica do capitalismo. Isso serve para fazer com que os perdedores saiam do limbo. Com o tempo, qualquer grande tomador de empréstimos sempre estará disposto a pagar 1 ou 2 pontos percentuais a mais pouco importando se o seu nome é Donald Trump ou a Bolívia; com essa predisposição, ele será capaz de encontrar o dinheiro desejado e poderá recomençar tudo outra vez.

O que Karin Lissakers não consegue transmitir é como a crise da dívida conseguiu provocar o naufrágio do antigo regime das economias administradas pelo Estado na América Latina. Sedentos de crédito nos anos 80, os líderes latino-americanos abriram seus mercados, derrubaram barreiras aos investimentos estrangeiros e venderam muitas das empresas pertencentes ao Estado.

A revolução na América Latina não fez tanto alarde quanto a queda do muro de Berlim, mas enquanto os europeus orientais continuam cartografando um caminho em direção ao mercado, os latino-americanos já estão vivendo nele. Metade de um hemisfério mudou de rumo, mas Karin Lissakers relata as mudanças rapidamente em meia dúzia de páginas.

No momento já está ocorrendo uma nova corrida em direção à região. O mercado de ações da capital mexicana estimulado pelos investimentos estrangeiros e pelo retorno do capital de fuga, duplicou no ano passado. O mercado de Buenos Aires triplicou em termos de dólares. Banqueiros norte-americanos de investimentos estão comprando bilhões de bônus latino-americanos e os administradores norte-americanos de portfólio estão ficando com esses papéis.

Desta vez, uma parcela maior do dinheiro está sendo encaminhada para os empreendimentos privados e menos para o Estado. E existem mais ações e menos dívidas. Mas desta vez, como da vez passada, existe dinheiro para ser ganho. Como Karin Lissakers prevê, estes mesmos banqueiros que se queimaram voltarão ao mesmo lugar — alguns para voltar a se queimar e, se é que a história dos dramas das dívidas serve para nos contar alguma coisa, outros para ganhar boas somas de dinheiro.

(*) O livro foi editado pela Basic Books.